

13/02/2017 - 05:00

Cidadania global, indiferença nacional

Por **Dani Rodrik**

Em outubro passado, a premiê britânica Theresa May chocou várias pessoas ao menosprezar a ideia de cidadania mundial. "Quando acreditamos ser um cidadão do mundo", disse ela, "somos um cidadão de lugar nenhum".

Sua afirmação foi motivo de chacota e de alarme na mídia financeira e entre comentaristas liberais. "A forma mais valiosa de cidadania nestes tempos", censurou-a um analista, "é aquela voltada não apenas para o bem-estar de uma paróquia de Berkshire, digamos, mas para o planeta". A revista "The Economist" qualificou a frase da premiê de uma reviravolta "nada liberal". Um intelectual a acusou de repudiar os valores do Iluminismo e advertiu para a presença de "ecos de 1933" em seu discurso.

Leia mais

1. [Análise: Trump mantém tom belicoso em discurso](#)
2. [Controle de despesa foi bem-sucedido em outros países](#)
3. [ONG Transparência pede apuração conjunta da Lava-Jato em outros países](#)

Sei o que é um "cidadão do mundo": vejo um perfeito espécime desse gênero toda vez que passo por um espelho. Fui criado em um país, vivo em outro, e tenho os passaportes de ambos. Escrevo sobre economia mundial, e meu trabalho me leva a lugares longínquos. Passo mais tempo viajando em outros países do que ficando em qualquer dos dois países que me têm como cidadão.

Os cidadãos do mundo devem tomar cuidado para que suas metas grandiosas não se transformem em desculpa para se esquivarem a seus deveres para com seus compatriotas. Temos de viver no mundo que temos, com todas as suas divisões políticas

Mesmo assim, a afirmação de May pôs o dedo na ferida. Ela encerra uma verdade essencial, cuja desconsideração diz muito sobre a maneira como nós - a elite financeira, política e tecnocrática - nos distanciamos dos nossos compatriotas e perdemos sua confiança.

Começemos pelo real significado da palavra "cidadão". O Oxford English Dictionary define-o como "uma pessoa ou um nativo legalmente reconhecido de um país ou de uma comunidade de nações". Portanto, cidadania pressupõe um Estado estabelecido - um "país ou comunidade de nações" - do qual a pessoa é membro. Os países têm os referidos Estados; o mundo, não.

Os defensores da cidadania mundial reconhecem de pronto que não têm em mente um significado literal. Pensam de forma figurada. As revoluções tecnológicas das comunicações e a globalização da economia reuniram cidadãos de diferentes países, argumentam eles. O mundo encolheu, e temos de agir conscientes das implicações mundiais desse fator. Todos nós, além disso, temos identidades múltiplas, sobrepostas.

Muito bem. Mas o que fazem então os cidadãos do mundo?

A verdadeira cidadania implica interagir e deliberar com outros cidadãos em uma comunidade política comum. Significa cobrar responsabilidade das instâncias decisórias e participar da política a fim de moldar os resultados da política de governo.

Os cidadãos do mundo não têm os mesmos direitos ou responsabilidades. Ninguém lhes deve satisfação. Na melhor das hipóteses, formam comunidades com indivíduos dotados de ideias afins originários de outros países. Seus pares não são cidadãos em todo lugar, mas autodenominados "cidadãos do mundo" em outros países.

Cidadania global, indiferença nacional. Naturalmente, os cidadãos do mundo têm acesso aos seus sistemas políticos domésticos para defender suas ideias. Mas os representantes políticos são eleitos para promover os interesses da população que os colocou no poder. Os governos nacionais visam cuidar dos interesses nacionais, e bem. Isso não exclui a possibilidade de que o eleitor possa agir na defesa esclarecida de seus interesses pessoais, ao levar em consideração as consequências das medidas domésticas sobre os outros.

Mas o que acontece quando o bem-estar dos habitantes locais entra em conflito com o bem-estar dos estrangeiros - como acontece muitas vezes? Não é a desconsideração para com seus compatriotas nessas situações exatamente o que granjeia para as chamadas elites cosmopolitas sua má fama?



Os cidadãos do mundo temem que os interesses das pessoas comuns do mundo possam ser prejudicados quando cada governo defender seu próprio interesse limitado. Esse é certamente um temor diante de questões que verdadeiramente dizem respeito às pessoas comuns do mundo, como a mudança climática ou a pandemia. A economia ensina que os países devem manter fronteiras econômicas abertas, uma regulamentação prudencial sólida e políticas de pleno emprego, não porque isso seja bom para outros países e sim porque ajuda a aumentar o tamanho do bolo econômico doméstico.

É claro que insuficiências da política pública - por exemplo, o protecionismo - ocorrem efetivamente em todas essas áreas. Mas elas refletem uma precariedade da governança interna, e não uma falta de cosmopolitismo. Elas resultam ou da incapacidade das elites políticas de convencer o eleitorado interno das vantagens da alternativa ou de sua pouca disposição em fazer ajustes para garantir que todos, de fato, se beneficiem.

Esconder-se por trás do cosmopolitismo quando se defendem acordos comerciais, por exemplo, é um substituto insatisfatório da vitória em batalhas de política pública por seus próprios méritos. E isso desvaloriza a moeda do cosmopolitismo.

Poucos tentaram explicar as tensões entre nossas inúmeras identidades - locais, nacionais, mundiais - com tanto discernimento quanto o filósofo Kwame Anthony Appiah. Nesta era de "desafios planetários e interconexão entre países", escreveu ele em resposta à declaração de May, "nunca houve maior necessidade do senso do destino humano comum". É difícil discordar.

Mas os cosmopolitas muitas vezes lembram o personagem de "Os Irmãos Karamazov", de Dostoievski, que descobre que, quanto mais ele ama a humanidade em geral, menos ama as pessoas em particular. Os cidadãos do mundo devem tomar cuidado para que suas metas grandiosas não se transformem numa desculpa para se esquivarem a seus deveres para com seus compatriotas.

Temos de viver no mundo que temos, com todas as suas divisões políticas, e não no mundo que gostaríamos de ter. A melhor maneira de defender os interesses mundiais é cumprir nossas responsabilidades para com as instituições políticas que importam: as que existem. **(Tradução de Rachel Warszawski)**

Dani Rodrik é professor de economia política internacional na Faculdade de Governo John F. Kennedy, de Harvard. É autor de "Economics Rules: The Rights and Wrongs of the Dismal Science". Copyright: Project Syndicate, 2017.

www.project-syndicate.org